

SOBRE A OPOSIÇÃO ENTRE O RURAL E O URBANO EM MARX E SUA ATUALIDADE

José Heleno Rotta¹

INTRODUÇÃO

É nossa preocupação, com o presente trabalho, realizar uma leitura particular de O Capital, de Marx, cuidando de dar um tratamento ao estatuto teórico, à gênese e desenvolvimento da categoria espaço econômico, cindida historicamente em espaço urbano e espaço rural, à qual Marx fez inúmeras referências, sem ter contudo dado à mesma um tratamento sistemático. Vamos aqui levantar e ordenar vários desses elementos numa totalidade lógica que, a nosso juízo, pode servir de instrumento para um melhor entendimento da realidade atual.

Nossa preocupação central está dirigida a várias instâncias do espaço econômico. Procuraremos não privilegiar exclusivamente nem as relações entre o homem e a natureza, relações técnicas, nem apenas as relações estabelecidas pelos homens entre si, relações sociais, mas trataremos de penetrar no campo existente entre essas duas dimensões, buscando clarear as relações particulares que os homens estabelecem entre si, tendo por objeto a apropriação das forças da natureza, de uma natureza transformada pelo homem, bem como o controle dos elementos capazes de vencer os condicionamentos próprios que a natureza coloca às relações econômicas e sociais. Cuidaremos de não resvalar em nenhuma tentativa de retomada de qualquer tipo de determinismo geográfico.

Pensamos que esse conjunto de conhecimentos, com a riqueza de seus elementos, pode ter uma validade bastante significativa para aprofundar o entendimento não só do processo histórico geral mas inclusive, e especialmente, de aspectos essenciais da formação de uma realidade periférica como a brasileira, profundamente marcada pela exuberância quantitativa e qualitativa de sua natureza imediata, de seu espaço.

Em termos de método, é de Marx a afirmação de que "O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade" (1977, 218). Assim, para procurar penetrar nessa síntese, iremos abordar os diferentes aspectos da realidade e as categorias econômicas envolvidas de uma forma que é, ao mesmo tempo, histórica e lógica, sabendo que ambas são, ao nível da totalidade, uma só coisa. No entanto, uma categoria econômica nem sempre se relaciona de uma forma permanente com as demais, nem segue uma trajetória histórica progressiva e linear, o que indica que a ordem histórica não é necessariamente a mesma ordem lógica. Falando das categorias econômicas, Marx afirma que "A sua ordem é pelo contrário determinada pelas relações que existem entre elas na sociedade burguesa moderna e é precisamente contrária ao que parece ser sua ordem natural ou ao que corresponde à sua ordem de sucessão no decurso da evolução histórica" (1977, 225). Insistimos nesse aspecto pois, para o que vem a seguir, há uma alternância freqüente entre um tratamento lógico de algumas passagens e histórico-cronológico de outras.

No primeiro capítulo, cuidaremos de discutir o caráter histórico e sócio-econômico da categoria espaço. No segundo, nossa preocupação estará voltada para as formas históricas de oposição entre o espaço urbano e o espaço rural. No terceiro capítulo, trataremos de discutir o aparente paradoxo existente entre uma tendência à diferenciação espacial que se dá simultaneamente à homogeneização espacial. Enfim, o quarto, e último capítulo, cuidará de esclarecer os aspectos mais contemporâneos da etapa monopolista, da mundialização do espaço transnacional e da tendência à superação da oposição espacial.

¹ Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Centro de Humanidades, Departamento de Economia e Finanças.

Para finalizar, esclarecemos que o texto ora apresentado incorpora, em grande medida, partes de um trabalho realizado junto à *UER Aménagement de l'Espace*, da Universidade de Montpellier III, França.

Capítulo I

CARÁTER HISTÓRICO E SÓCIO-ECONÔMICO DA CATEGORIA ESPAÇO EM MARX

Para Marx, a dialética do espaço econômico é uma das questões que estão no âmago de toda a evolução humana. Assim, encontramos logo no primeiro livro de *O Capital* a afirmação de que,

"O fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo.

Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese." (1984, Livro I, 404)

Infelizmente, logo em seguida, o referido autor acrescenta que "*em cujo exame não nos deteremos...*". Apesar de inúmeras referências espaciais, conforme veremos no presente trabalho, existentes ao longo dos escritos de Marx, não há nem nesse livro nem em outros, segundo nosso conhecimento, um tratamento sistemático, desenvolvido por ele, sobre o referido assunto.

Da mesma forma que a mercadoria, categoria central da análise de Marx, é oposição dialética entre valor-de-uso e valor, o espaço econômico contém em si a oposição entre a cidade e o campo, o espaço rural e o espaço urbano. Ao longo de nosso estudo, buscaremos esclarecer a dialética espacial contida nessa oposição, conforme ela aparece em *O Capital*.

Como todas as demais categorias econômicas da análise marxista, o espaço econômico é uma categoria historicamente determinada, tendo uma gênese e um desenvolvimento próprio que a leva a atingir a sua plenitude para depois tender ao perecimento. Assim, a categoria espaço econômico possui um estatuto teoricamente definido apenas quando há cisão no seu interior, surgindo a oposição dialética entre espaço urbano e espaço rural.

Isso ocorre da mesma forma que o produto do trabalho humano, que possui sempre valor-de-uso, mas só se torna mercadoria quando esse valor-de-uso se contrapõe com o valor no seu interior. Também o espaço, que era apenas espaço rural homogêneo durante longo período da história humana, só se torna espaço econômico, como categoria dialética, quando desse espaço rural homogêneo se desprende o espaço urbano que entra em contradição com o rural, estabelecendo a oposição entre ambos.

Mais tarde, na história humana, com o desenvolvimento avançado do modo de produção capitalista, o espaço econômico vai se tornando progressivamente apenas espaço-urbano homogêneo, tendendo a desaparecer a oposição existente no seu interior. Mais uma vez, isso se dá da mesma forma que na mercadoria, a qual tenderá a desaparecer, enquanto tal, nos modos de produção superiores ao capitalismo. O próprio Marx afirma, mais adiante em *O Capital* que:

"O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição." (1984, 578)

Com o pleno desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista², a agricultura não constitui mais do que um ramo da indústria, ela é apenas um setor a mais da produção industrial. Esse desenvolvimento supõe, no entanto, uma profunda divisão social do trabalho à escala mundial, com o homem tendo aprendido, através do progresso da sociedade e das ciências, a dominar as forças da natureza, submetendo-as às suas necessidades e ampliando, assim, as bases da riqueza social, de uma maneira extraordinária. São frequentes as afirmações de Marx, sobre essa questão, ao longo de suas obras³. Estão plenamente presentes aqui as condições para a síntese nova e superior de que falou, a qual nada mais é que a manifestação plena da tendência à nova homogeneização do espaço, enquanto espaço urbano, em um patamar elevado. Numa tal sociedade, o modo de produção capitalista integrou completamente a agricultura. O produtor agrícola não produz mais para o seu consumo direto, mas exclusivamente para o mercado. Produz apenas mercadorias. A dissociação entre valor-de-uso e valor dos produtos se completa. A própria força de trabalho do trabalhador se transforma em mercadoria e, enquanto tal, é consumida no processo produtivo pelo detentor dos meios de produção, objetivando a expansão do valor que é o móvel absoluto de toda a atividade produtiva. Trata-se da produção pela produção.

Ao contrário, nos albores da sociedade humana, e durante milênios, o espaço era homogeneamente ruralizado. Toda a atividade produtiva do homem tinha uma base agrícola, estava totalmente subordinada aos ciclos da natureza e era organizada numa economia natural⁴, permanecendo fechada e introvertida. Essa economia natural se desenvolvia no interior de comunidades restritas ou por produtores independentes que trabalhavam em unidades autônomas e dispersas⁵, retirando diretamente da natureza o essencial para a sobrevivência. Além da atividade agrícola propriamente dita, realizavam uma série de ofícios artesanais simples que completavam as necessidades próprias elementares, assegurando assim a autonomia de suas existências⁶. Existia, assim, nesse tipo de sociedade, unidade entre a agricultura e esses ofícios. Por outro lado, todos os produtos do trabalho humano são voltados para a satisfação direta das necessidades dos produtores, constituindo portanto apenas valores-de-uso. A divisão do trabalho no interior das comunidades ou das famílias tinha um caráter unicamente natural e fisiológico, levando em conta apenas diferenças de idade, sexo etc. (Marx, 1984, Livro I, 403).

Dessa forma, o homem viveu um longo período de sua existência em união com as forças produtivas naturais, num espaço totalmente ruralizado e universal, não tendo praticamente desenvolvido, ao longo de milênios, as forças produtivas sociais. Essa sociedade primitiva ou patriarcal não se modifica significativamente mesmo quando, mais tarde, no modo de produção escravista clássico ou no feudal, passa a existir a apropriação pela classe dominante de uma parte do produto do trabalho, sem contrapartida. Nesse caso, toda a produção, inclusive a parte do excedente, continuava sendo predominantemente produção direta de valores-de-uso. Inclusive, o volume desse excedente estava determinado pelos limites das necessidades, por maiores que elas fossem.

² Em *O Capital Capítulo VI (Inédito)*, Marx (1978) diferencia do modo de produção apenas formalmente capitalista, dominado pela mais-valia absoluta, o modo de produção especificamente capitalista, no qual se generalizou a mais valia relativa e a revolução constante do processo de produção.

³ Por exemplo: "A agricultura torna-se cada vez mais um simples ramo da indústria e acha-se totalmente dominada pelo capital." (Marx, 1977, 225)

⁴ "Marx organiza os diferentes modos históricos conhecidos de produção em duas formas gerais de economia: a economia mercantil e a economia natural." (Boccard, 1977, p. XXVI). Lenin retoma mais tarde esses mesmos conceitos, mas é Rosa Luxemburg (1970) que vai tratar mais longamente da economia natural e de sua eliminação.

⁵ "Sob a economia natural, a sociedade se compunha de uma massa de unidades econômicas homogêneas..." (Lenin, 1982, 13)

⁶ "Na origem de sua carreira histórica, o artesanato era uma ocupação ligada à agricultura, que junto aos povos civilizados sedentários era considerada categoria subsidiária." (Luxemburg, 1970, 343)

As duas formas de produção que acabamos de mencionar não existiram, ou existem, da maneira pura como foi descrita, nem a sociedade completamente ruralizada, tendo uma base natural, voltada para a agricultura, nem a sociedade plenamente urbanizada e especificamente capitalista, baseada na grande indústria e na propriedade privada dos meios de produção.

No entanto, deixando de lado uma série de aspectos que só atrapalhariam a compreensão, podemos identificar na evolução concreta da humanidade, de maneira menos ou mais nítida, os períodos históricos em que predominaram essas formas lógicas e abstratas aqui tratadas. A primeira se situa antes do desenvolvimento da economia mercantil e a última⁷ dessas formas amadurece como o produto legítimo do desenvolvimento pleno do modo de produção capitalista⁸, derradeira etapa da passagem para uma sociedade superior.

Conforme já dissemos, as categorias espaço urbano e espaço rural, que se opõem no interior do espaço econômico, são, em termos sócio-econômicos, categorias historicamente determinadas, pois, a oposição entre elas só pode existir no intervalo histórico em que, de um lado, a etapa da economia natural, caracterizada pela homogeneização completa do espaço foi ultrapassada e, de outro lado, a homogeneização do espaço urbano ainda não se completou, não tendo havido ainda o desenvolvimento pleno e generalizado do modo de produção capitalista e não tendo ocorrido a passagem geral para formas superiores de sociedade. Nós nos ocuparemos, a seguir, de precisar as formas históricas pelas quais se desenvolve essa oposição entre os dois espaços, urbano e rural.

Capítulo II

AS FORMAS HISTÓRICAS DE OPOSIÇÃO ENTRE O ESPAÇO URBANO E O ESPAÇO RURAL

A passagem de uma dessas formas de sociedade para a outra, da economia natural para uma economia especificamente capitalista, não resulta de um salto mágico, mas supõe um longo e doloroso processo histórico de expansão do espaço mercantil, da acumulação primitiva e do desenvolvimento da produção capitalista, a nível mundial. Esse processo histórico de evolução da humanidade é feito, como veremos, de uma maneira bastante diferenciada nas diversas partes do espaço mundial. Este processo está inscrito na história da divisão social do trabalho, baseada desde o seu início na separação entre a cidade e o campo, na oposição entre o espaço urbano e o espaço rural.

Atendendo aos objetivos específicos de nosso estudo, identificamos duas formas historicamente distintas de oposição entre o espaço urbano e o espaço rural. Embora, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, essas duas formas venham a se confundir cada vez mais, a natureza, bem como a gênese das mesmas é distinta. Por isso, vamos abordá-las separadamente. A primeira a nível de circulação de mercadorias e a segunda em relação à produção de mercadorias.

a) Especialização espacial e circulação de mercadorias

A primeira forma de manifestação da oposição entre o urbano e o rural surge com o desenvolvimento da economia mercantil e com a ampliação subsequente do espaço de circulação de mercadorias, com a qual vão sendo ultrapassados os estreitos limites da economia natural, em que o homem viveu durante milênios. Para que isso ocorresse não foi necessária ainda nenhuma alteração significativa na base do processo produtivo. Produz-se ainda para o uso, sendo trocado apenas aquilo que ultrapassa as necessidades

⁷ Oliveira (1978, 26) fala em uma "homogeneização monopolística do espaço econômico".

⁸ Em que, para Lenin (1979, 594), "A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada."

do produtor. Essas primeiras trocas, mais que quaisquer outras, resultam diretamente das diferenças espaciais existentes no meio natural onde vivem os produtores. Toda a mudança das condições naturais, nessa sociedade, determina igualmente uma mudança, entre outras coisas, no modo de vida, nos produtos e na maneira de produzir, pois os produtores são excessivamente dependentes do espaço físico imediato onde vivem e atuam. É, portanto, da diferenciação do espacial que surgem as trocas entre produtores independentes e entre as comunidades (Marx, Livro I, cap.XII). Essas trocas, repetimos, se referem apenas à parte do produto que ultrapassa as necessidades diretas do produtor.

Pouco a pouco, as trocas se generalizam e vão se tornando uma prática cada vez mais corrente. Assim, uma parte crescente dos produtos do trabalho vão se transformando em mercadorias. Trata-se de uma forma bastante elementar da divisão social do trabalho, caracterizada, de início, pela troca direta de mercadorias (M-M) ou mesmo por uma troca já mediatizada por algum equivalente geral que faz as vezes de dinheiro (M-D-M). Ainda assim, esse espaço econômico e social é, evidentemente, muito restrito.

Todavia, com o passar do tempo, a generalização das trocas e a expansão do mercado, inclusive a nível mundial, uma parte cada vez maior da produção se transforma em produção voltada para a troca e não diretamente para o autoconsumo. A produção intencional de mercadorias deixa clara a separação entre valor-de-uso e valor-de-troca, ambos coexistindo no interior da mercadoria. Mais que isso, ao nível da produção, esse domina sobre aquele de tal forma que, antes de se realizar enquanto valor-de-uso, a mercadoria deve realizar-se na qualidade de valor-de-troca (Marx, 1984, Livro I, cap.I). A divisão social do trabalho vai aumentando e, progressivamente, as atividades extrativas assim como aquelas de transformação vão se separando das atividades agrícolas. A divisão social e espacial do trabalho decorrente desse processo geral é o fundamento de toda a produção de mercadorias.

Estando uma parte crescente da produção voltada para o mercado, as trocas deixam de ser simples trocas entre produtores diretos, feitas através de dinheiro (M-D-M), para se transformar em trocas mediatizadas por um tipo especial de dinheiro que não é mais só dinheiro, mas é também, como a chamava Marx, uma forma antediluviana de capital, o capital mercantil, em que o interesse é de comprar barato e vender caro. Trata-se da troca pela troca. Nessa relação, o valor-de-uso dos produtos não se constitui mais um fim em si mesmo. O que interessa agora é obter, no fim do ciclo, uma massa de dinheiro maior do que aquela que foi empregada inicialmente (D-M-D'). Estamos aqui no período de predominância do capital mercantil e das relações mercantilistas que estão comprometidas apenas com o nível da circulação de mercadorias, não se constituindo portanto em um modo de produção específico. Nesse período, a produção de mercadorias não sofreu modificações significativas, continuando a ser produção mercantil simples, realizada por produtores independentes.

É importante fazer uma distinção entre a forma independente, autônoma e dominante do capital comercial, característico dessa época histórica, da sua forma moderna e mais simples que representa apenas uma das esferas da reprodução do capital social em geral (Marx, 1984, Livro III, 376). Na medida em que se desenvolve o modo de produção capitalista, o capital comercial assume de mais e mais sua simples função de agente do capital produtivo na realização da mais-valia produzida. Assim, para Marx, por mais paradoxal que pareça, *"o desenvolvimento independente do capital mercantil é inversamente proporcional ao desenvolvimento geral da sociedade"* (idem, 377). Nesse sentido, é conservador. No entanto, tem, ao mesmo tempo, um certo caráter renovador⁹, pelo fato de transformar uma parte crescente dos produtos do trabalho em mercadorias, transformando os valores-de-uso simples em valores-de-troca.

⁹ O Capital comercial "foi revolucionário e conservador ao mesmo tempo." "Ele destruiu a ordem feudal, mas em última instância, foi sempre dependente dela." (Kay, 1977, 118)

O espaço social e econômico, antes muito restrito, vai se ampliando progressivamente até atingir os limites mundiais. As grandes descobertas dos séculos XV e XVI e a formação do mercado mundial completam esse processo. A extraordinária expansão da Europa Ocidental, nesse período, caracterizada pelo comércio a longa distância, intercontinental e transoceânico, transforma o espaço mais ou menos restrito do homem em um espaço do tamanho do mundo, colocando em relação direta, pela primeira vez na história, todos os continentes e todos os cantos da terra. Com suas particularidades históricas, culturais, econômicas e geográficas, cada parte do espaço possui um modo próprio de produção e reprodução de sua existência.

O laço que liga essas diferentes partes é o capital mercantil que transborda os limites da Europa e transpõe, à escala do mundo, a grande divisão espacial do trabalho e a oposição entre o urbano e o rural. De um lado, estão as florescentes cidades comerciais dos novos Estados metropolitanos, modernos, unificados e centralizados, sendo espaço econômico quase exclusivo de circulação de mercadorias. De outro lado, estão o próprio espaço rural europeu e o espaço das outras regiões do mundo que, para os objetivos deste trabalho, são ambos considerados espaço rural de produção. Esse espaço rural tão amplo, assim constituído, é formado por regiões tão diversas que têm em comum o fato de canalizar para as metrópoles um volume significativo de riquezas que são extorquidas pelo mecanismo da troca de não equivalentes. Essa troca desigual é a característica essencial e o fundamento do longo período mercantilista, no qual evoluíram sucessivamente Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra. Período que durou, pelo menos, até o início do século XIX. A base sobre a qual se apoia essa troca desigual é o monopólio do comércio, a violência, a pilhagem, o tráfico de escravos etc.

Assim, a divisão social e espacial do trabalho, a nível mundial, está subordinada à oposição entre o espaço urbano e o espaço rural, pois esse último continua sendo sempre o espaço por excelência da produção, enquanto o primeiro é espaço de circulação apenas. Segundo Marx,

"É evidente que o comércio se apoia no desenvolvimento urbano e que este reciprocamente é condicionado pelo comércio." (1984, Livro III, 383)

O verdadeiro capital, aquele que está preso à esfera produtiva, tinha uma existência, por enquanto, apenas em germe, encontrando barreiras difíceis de transpor nas relações sociais então vigentes. A supremacia do capital mercantil concentra imensas riquezas em dinheiro, as quais, só são capital virtualmente, pois não participam do processo produtivo, do processo de criação de riqueza. É do próprio Marx as afirmações de que é

"...absurdo considerar o capital mercantil, seja na forma de capital comercial ou na de capital financeiro, espécie particular do capital industrial..." (1984, Livro III, 372).

"O capital mercantil, quando domina, estabelece por toda parte um sistema de pilhagem, e seu desenvolvimento entre os povos comerciais, dos tempos antigos e dos modernos, está diretamente ligado à rapina, à pirataria, ao rapto de escravos, à subjugação de colônias." (1984, Livro III, 381-382)

O caráter parasitário e limitado dessa forma inacabada de capital, baseada na troca desigual, no entanto, marca um período extremamente longo da história humana. As grandes navegações transformaram praticamente todos os continentes em espaços rurais que alimentavam a acumulação mercantil das principais cidades das metrópoles.

Somente numa etapa mais avançada da evolução histórica, alguns desses espaços urbanos centrais reuniram as outras condições necessárias para transformar essas imensas riquezas em capital produtivo, o verdadeiro capital. Para Marx, de fato

"A ciência real da economia moderna só começa quando a análise teórica se desloca do processo de circulação para o de produção." (1984, Livro III, 388)

b) Especialização espacial e produção de mercadorias

O caráter da divisão social e espacial do trabalho muda completamente com a preponderância da segunda forma de manifestação da oposição existente entre espaço urbano e espaço rural, como consequência do modo de produção capitalista. O espaço urbano deixa de ser unicamente espaço de circulação de mercadorias para tornar-se também, cada vez mais, espaço de produção, deslocando a dinâmica produtiva para a cidade. São sobretudo as atividades inseparáveis da terra, a agricultura em particular, que se limitam ao campo.

O processo histórico de formação do modo de produção capitalista a partir da acumulação primitiva se caracteriza pela ruptura das bases estreitas do antigo modo de produção, concentrando e centralizando entre as mãos do capitalista, agente por excelência do processo de urbanização, os meios de produção e de subsistência, antes dispersos em pequenas unidades produtivas. A grande massa da população é expropriada da terra e dos instrumentos de trabalho, ambos condição objetiva de trabalho, e dos meios de subsistência, que são a condição subjetiva. Os meios empregados para proceder a essa separação do trabalhador das condições de trabalho são inúmeros e violentos, processo que se prolongou por séculos. Esse período da humanidade foi feito de violência e sangue. Para Marx,

"a transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula de muitas na propriedade gigantesca de poucos; a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação, constitui a pré-história do capital. Ela se realiza através de uma série de métodos violentos dos quais examinamos apenas aqueles que marcaram sua época como processos de acumulação primitiva do capital. A expropriação do produtor direto é levada a cabo com o vandalismo mais implacável, sob o impulso das paixões mais infames, mais vis e mais mesquinhamente odiosas." (1984, Livro I, 880)

Como resultado desse processo de expulsão da terra e de separação dos instrumentos de trabalho e meios de subsistência, o trabalhador é empurrado para as cidades, onde ele se encontra diante da única alternativa: vender a força de trabalho que é a mercadoria que lhe resta. Assim se constitui o chamado trabalhador livre, fundamento do modo de produção capitalista.

Esse processo, como pode-se perceber facilmente, tem implicações espaciais profundas. Todo esse processo leva a um novo arranjo completo do espaço social e econômico. O espaço urbano constitui assim historicamente o lugar privilegiado onde se encontram frente a frente o trabalhador, separado dos meios de produção, e o capitalista que concentrou, como sua propriedade, as condições da produção. Esse é o verdadeiro sentido da nova dinâmica urbana.

A partir do processo de acumulação primitiva, se rompe a antiga relação em que o homem vivia em contato direto com a natureza. Diferentemente, a nova divisão social do trabalho impõe uma grande especialização espacial, ao nível da produção, transferindo para o espaço urbano a maior parte das atividades manufatureiras. Em um primeiro momento, ficam reservadas ao espaço rural as atividades tradicionais.

Todavia, mesmo muito antes de atingir essa evolução mais avançada, as populações rurais ficaram liberadas de certas atividades não-agrícolas, tendo a possibilidade de encontrar no mercado muitos dos artigos que deixaram de produzir. Evidentemente, tal transformação supõe a posse de algum dinheiro, obtido através de uma dedicação maior de tempo à produção agrícola voltada para o mercado.

Aliás, essa forma de dissociação entre espaço urbano e espaço rural, entre agricultura e indústria, só pôde se viabilizar na medida em que a agricultura também participou, ainda que não inteiramente, desse processo de especialização crescente, liberando-se de atividades que não lhe eram próprias e desenvolvendo a produtividade até um grau

que lhe permitia a produção de uma quantidade de produtos que satisfazia não só as suas próprias necessidades mas também as necessidades da população urbana, intercambiando com ela seus produtos. O mercado se limita a fazer, como sempre, a conexão entre as mercadorias.

Quando acontece a troca de mercadorias, o que se troca em realidade é o tempo de trabalho social que foi despendido no momento da produção. Aqui se coloca o problema do fetichismo da mercadoria, estudado por Marx, em que as relações entre pessoas, em torno do tempo social de trabalho produtivo, se manifestam como se fossem uma relação entre objetos (1984, Livro I, 79-93).

A divisão social e espacial do trabalho em geral, e em particular a divisão entre indústria e agricultura, constituem um processo demorado e delicado que só pode se realizar gradualmente e por aproximações. Os grandes ramos da produção continuam sujeitos a momentos de grandes desproporcionalidades e de crises.

Apesar de baseada na esfera produtiva, essa segunda forma de manifestação da especialização espacial e da oposição entre o espaço urbano e o espaço rural, não modifica rapidamente, e de maneira significativa, o processo imediato de produção. Ainda que submetida ao capital, a produção continua longamente, nessa fase, sobre a base do antigo modo de produção, sem modificar o processo produtivo. Durante longo período, o modo de produção predominante se caracteriza pelo que Marx chamou de subsunção formal do trabalho ao capital, que é marcada pela extração da mais-valia absoluta (1978, 51-54).

Conforme já foi dito, a acumulação de riquezas nas metrópoles europeias, realizada pelo capital mercantil, operando em escala mundial, é uma das condições do desenvolvimento industrial, do desabrochar e da generalização do modo de produção capitalista. No entanto, apesar de ser muito importante, essa condição é insuficiente para explicar esse resultado. De fato, já existiram, em épocas bem mais antigas, ou mesmo em épocas modernas, civilizações comerciais possantes sem que no entanto tivessem desenvolvido uma industrialização à altura de sua grandeza, o que prova a insuficiência dessa condição. Portugal é um dos exemplos mais marcantes nessa questão. O desenvolvimento capitalista depende essencialmente de outras circunstâncias ligadas à capacidade que cada país tem de concentrar e centralizar os meios de produção, ao mesmo tempo que expropria a grande massa dos produtores diretos de suas condições de produção, expropriação que é um dos aspectos mais importantes da acumulação primitiva. Tanto a concentração e centralização de capital quanto a expropriação têm implicações espaciais evidentes, sobre as quais voltaremos mais abaixo.

O essencial agora para o capital não é mais fazer crescer parasitariamente seu valor (D-M-D') pela via da troca desigual, da troca de não equivalentes na circulação, mas de valorizar seu capital no ato produtivo, obtendo assim uma mais valia. Essa mais valia é expropriada do trabalhador, ainda que compre a força de trabalho e os demais meios de produção necessários pelo seu valor e venda o produto também pelo seu valor, realizando sempre uma troca de equivalentes. Marx esclareceu essa questão, mostrando que a mais-valia se dá no processo produtivo, graças à apropriação pelo capitalista da propriedade imanente da força de trabalho de engendrar mais valor do que o valor que possui (1984, Livro I, Cap.I). Produzir mais valia, seja absoluta ou relativa, é a lei geral do modo de produção capitalista. Sem que a esfera da circulação perca sua importância, toda a dinâmica social se desloca para a esfera produtiva, novo domínio do capital.

A mundialização do espaço decorrente dessa mudança, a qual supõe a troca de equivalentes, mas supõe também a desigualdade de ritmo de desenvolvimento, inerente à produção capitalista, pode ser vista em toda a sua significação a partir de dois aspectos desse processo, colocados em relevo por Lenin no seu estudo clássico sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, a saber:

"o desenvolvimento do capitalismo *em profundidade*, isto é, o crescimento da agricultura e da indústria capitalistas num território dado, restrito e determinado, e o desenvolvimento do capitalismo *em extensão*, isto

é, a ampliação da esfera de dominação sobre novos territórios." (1982, 372).

Trata-se de um esboço bastante sugestivo da teoria que mais tarde vai ser chamada de centro e periferia, a qual contém fortemente marcada a espacialidade que estamos tratando. Numa passagem conhecida de Engels ele também colocou claramente essa oposição que nada mais é que a materialização espacial da oposição urbana rural.

"A Inglaterra, grande centro industrial do mundo agrícola, o sol industrial em torno do qual evolui um número sempre crescente de satélites produtores de trigo e algodão." (1977, 330)

Ai estão colocados os elementos centrais da oposição entre o urbano e o rural, centro de nossas preocupações. De um lado, está o espaço urbano, contendo a industrialização e o desenvolvimento em profundidade; de outro lado, o espaço rural, periférico, produtor primário, com desenvolvimento em extensão. Vamos observar melhor os dois lados da questão.

Em relação ao desenvolvimento do capitalismo em profundidade, a Inglaterra é a primeira, mas não a única, entre as nações metropolitanas a reunir todas as condições para ser tomada no redemoinho do sistema capitalista e submeter-se às suas leis inexoráveis, passando a produção da simples sujeição formal do trabalho ao capital para a submissão real, caracterizada pela produção predominante da mais valia relativa. Esse processo desemboca num extraordinário crescimento da produtividade social e, em consequência, na baixa tendencial do valor das mercadorias, regulada pelos mecanismos da lei do valor. No Manifesto Comunista, Marx e Engels escreveram que:

"Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização até as nações mais bárbaras. Os preços baixos de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros." (1987, 80)

O crescimento sempre contínuo do volume da produção, necessidade vital da produção especificamente capitalista, conduz à expansão contínua do mercado interior e exterior à procura de escoamento para seus produtos, os quais têm a capacidade de derubar as barreiras mais sólidas, como vimos acima. Além do escoamento, há interesse em encontrar fontes seguras de abastecimento de matérias primas. Agora, é a indústria que revoluciona constantemente o comércio, num processo interno e autocentrado, contrariamente à fase anterior. Todavia, a expansão do mercado inglês se choca frequentemente com barreiras solidamente instaladas pelo antigo sistema protecionista, conduzindo esse país a se lançar contra os obstáculos com a força das palavras e a força dos canhões, ambas transformadas em forças econômicas.

A força das palavras está presente na veiculação da ideologia do liberalismo clássico de A. Smith (1723-1790), J.B. Say (1767-1832) D. Ricardo (1772-1823), entre outros. Mais tarde um pouco, juntam-se a esse coro as primeiras vozes dos teóricos neoclássicos (Jevons, Walras, Menger). Por outro lado, a força dos canhões é explicada por Engels:

"Durante mais de vinte anos os navios de guerra ingleses, impediram os rivais industriais da Inglaterra a ter acesso aos seus respectivos mercados coloniais, aproveitando para abrir à força esses mercados ao comércio inglês. A secessão das colônias sul-americanas de suas metrópoles europeias, a conquista pela Inglaterra de todas as colônias francesas e holandesas que valiam a pena e a submissão progressiva da Índia fizeram desses povos e seus territórios imensos os consumidores das mercadorias inglesas." (1977, 331)

É sobre essa base econômica, ideológica e militar que a Inglaterra torna-se, no século XIX, 'o sol industrial' que ilumina o mundo, possuindo o monopólio potencial dos principais ramos do capitalismo mundial.

Vamos olhar um pouco o que se passa do outro lado, na periferia, da qual falam Engels e Lenin logo acima. O desenvolvimento em extensão só pode se realizar através do mercado que, de uma certa forma, atrai também esta periferia "*ao turbilhão da economia mundial*" (Lenin, 1982, 372), o que dá a esses espaços seu caráter extrovertido, de maneira que a dinâmica interna se submete numa articulação dialética à dinâmica externa, superior, veiculada pelo mercado mundial. Essa articulação se realiza de forma complexa, variável e cambiante, segundo o modo de produção e todas as outras circunstâncias particulares de cada formação social específica (Marx, 1984, Livro I, 518). Mas aqui só nos interessa aquilo que é mais ou menos comum a todas essas realidades e que fica acima das particularidades próprias.

A despeito dessa articulação externa ser feita através do mercado, não podemos confundir essa extroversão com aquela do período mercantilista, na qual a subordinação se faz através do capital comercial autônomo e retrógrado. Agora, a periferia, enquanto fonte regular de matérias primas e alimentos e enquanto escoadouro de produtos industriais, está submetida aos interesses do capital industrial que tem um certo caráter revolucionário e civilizador, apesar de limitado. Senão vejamos o que diz Marx, numa observação bastante aguda sobre a Índia,

"Tudo o que a burguesia inglesa será obrigada a fazer na Índia não emancipará a massa do povo, nem melhorará substancialmente sua condição social, pois isso depende não somente do desenvolvimento das forças produtivas, mas de sua apropriação pelo povo. Mas o que ela não deixara de fazer, é criar as condições materiais para realizar as duas." (1977, 97)

A submissão ao capital industrial acima referida, no entanto, se faz através do capital comercial que, nos centros metropolitanos, são um simples elo da cadeia da reprodução social, mas que na periferia guardam uma certa independência.

Do que foi dito até aqui, chegamos naturalmente a Marx que foi contemporâneo dessa época, e tem uma afirmação bastante clara sobre a oposição entre o urbano e o rural, nessa etapa:

"Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada aos principais centros da indústria moderna, transformando uma parte do planeta em áreas de produção predominantemente agrícola, destinada à outra parte primordialmente industrial." (1984, Livro I, 517)

Trata-se claramente da segunda forma de manifestação à escala mundial dessa oposição entre o espaço urbano e o espaço rural: uma parte do globo terrestre torna-se campo de produção industrial, tragada pelo redemoinho do desenvolvimento em profundidade; a outra parte, torna-se campo de produção primária e do desenvolvimento em extensão. A primeira é autocentrada, com desenvolvimento vertical e produção de mais valia relativa, especificamente capitalista; a segunda é extrovertida e dependente do exterior, crescendo horizontalmente, com base na produção de mais valia absoluta, em uma economia apenas formalmente capitalista.

O jogo de forças mundial se desloca da circulação de mercadorias para a produção; da troca desigual para o desenvolvimento desigual. Funciona agora, menos ou mais eficazmente, uma lei internacional do valor que garante através de uma composição orgânica muito diferenciada uma transferência de sobretrabalho da periferia para os centros urbanos mundiais, do espaço rural para o espaço urbano.

É somente numa fase ulterior do desenvolvimento do capitalismo que se generaliza o modo de produção especificamente capitalista (Marx, 1978, 55-56 e 66-70), baseado na subsunção real do trabalho ao capital, em que a concentração e a centralização dos meios de produção são feitos em grande escala, em que há um desenvolvimento extraordinário da tecnologia e da ciência, dominando e colocando as forças da natureza a serviço do homem, em que o capital se intensifica e modifica completamente o processo produtivo, em que, enfim, a produção é produção de mais valia relativa e não apenas absoluta. A partir de então, as condições materiais vão crescentemente sendo reunidas para a realização da síntese nova e superior da qual falava Marx, unindo de novo a agricultura e a indústria, sob o domínio dessa última. Esse novo processo desencadeia a tendência à

nova homogeneização espacial, sob o domínio do espaço urbano. Mas esse processo só poderá amadurecer efetivamente quando o modo de produção especificamente capitalista se generalizar no espaço mundial e em todas os ramos industriais, inclusive com a agricultura se tornando mais um desses ramos, conforme a previsão de Marx. Em consequência desses avanços, as diferenças entre espaço urbano e espaço rural vão se desfazendo e o espaço econômico e social vai se tornando por inteiro espaço urbano homogêneo.

Capítulo III

DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL E TENDÊNCIA À HOMOGENEIZAÇÃO

A tendência à homogeneização do espaço a que nos referimos, resultante do desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, vai se concretizando paralelamente à especialização espacial do trabalho, à qual corresponde uma diversificação crescente da produção no espaço. É preciso, então, aclarar esse aparente paradoxo: um processo que é, ao mesmo tempo, de homogeneização e de diversificação espaciais.

Visto de um determinado ângulo, a especialização espacial é cada vez mais nítida na sociedade capitalista, qualquer que seja a parte que tomamos do espaço global. Por exemplo, o fato de cada pedaço em particular de espaço produzir mercadorias específicas especializa-o, colocando esse segmento do espaço em conexão com todos os outros, seja para vender o que produz, seja para comprar o que não produz. É nesse sentido que o espaço vai se tornando cada vez mais diversificado, portanto heterogêneo. No entanto, é preciso notar que essa diversificação espacial reflete um lado da questão, o do conteúdo material, individual e imediato do produto. Representa assim uma relação técnica estabelecida entre o homem, a natureza e os outros elementos materiais da produção. Ou seja, é uma relação que privilegia o valor-de-uso do produto, seu aspecto útil, sem se preocupar dos elementos sociais e gerais contidos no processo de produção daquelas mercadorias.

Lembremos, no entanto, que toda mercadoria, contém, ao mesmo tempo, valor-de-uso e valor e toda a produção capitalista é igualmente criação de valor-de-uso e valor. Não vamos nos esquecer também que, do ponto de vista capitalista, esse valor-de-uso só tem importância enquanto portador de valor vendável, o qual carrega em si, além de valor, mais valia. Para o capitalista, da mesma forma aliás que para o trabalhador, o conteúdo material e imediato do produto interessa muito pouco. Quanto mais avança a sociedade capitalista, menos alimentam um sentimento qualquer em relação à utilidade do produto, seja trigo ou canhão, para ficar no exemplo clássico. Ao capitalista, o que mais interessa é de obter, no fim do ciclo produtivo, uma quantidade de mercadorias que contenha um valor maior que o valor que foi despendido para realizar a produção, estando aí compreendido o trabalho fornecido pela força de trabalho. O móvel de seu ato, que é o móvel de toda a produção capitalista, não é nenhum apego pela utilidade concreta do produto, mas é, exclusivamente, a expansão do valor contido em seu capital.

Do lado do trabalhador, é a mesma coisa. Para ele não tem maior importância saber em que processo produtivo sua força de trabalho vai ser consumida. Pouco importa se será na produção de bíblia ou aguardente, aproveitando a imagem que Marx utilizou freqüentemente em O Capital. O que mais importa para o trabalhador é obter em troca de sua força de trabalho o máximo de meios necessários para sua existência. Sobre esse aspecto, Marx afirma que:

"Também está na natureza do trabalho assalariado subordinado ao capital não importar-se com o caráter específico do trabalho nem com as necessidades de mudança ditadas pelo capital, nem com a circunstância inape-lável de ser jogado de um ramo para outro." (1984, Livro III, 220)

O trabalhador é completamente alienado do produto de seu trabalho não simplesmente porque ele não é mais seu proprietário, mas porque, além disso, sua relação física, seu contato, com o produto se modificou, sendo de mais e mais parcial e efêmero, participando de uma etapa fugaz do produto, tendo em vista o grande fracionamento das tarefas. Para o referido autor, essa mudança real e material implica em que o aspecto abstrato do trabalho, ou seja, dispêndio de energia muscular e intelectual, tenha predominância sobre o aspecto concreto particular da produção de cada mercadoria, por exemplo, a habilidade manual própria do sapateiro. No início da manufatura, o trabalhador passava décadas para transformar-se de aprendiz em oficial; na produção capitalista, ao contrário, está apto a mudar de um ramo de produção a outro a qualquer tempo, desde que consiga, com esse ato, vender mais convenientemente sua força de trabalho.

Visto isto, pensamos ter ficado claro que a homogeneização de que falamos se refere à tendência à generalização, no espaço social e econômico, de relações de produção historicamente determinadas, relações sociais que são estabelecidas pelos homens entre si em torno do valor, tendo pouca importância a materialidade do produto. Significa a dominação crescente do caráter social e abstrato do valor, produto da história, em relação ao conteúdo individual e material do produto imediato.

A grande divisão social e espacial do trabalho vai homogeneizando as relações essenciais existentes nos diferentes ramos, nas diferentes regiões e mesmo nos diferentes países, na medida em que o modo de produção especificamente capitalista vai se tornando predominante. Como já vimos, mesmo a agricultura é transformada em ramo da indústria, apagando assim com uma rapidez extraordinária as diferenças mais significativas que o espaço urbano e o espaço rural mantiveram entre si secularmente. Nesse sentido, o conceito de espaço urbano vai evidentemente muito além do conceito de cidade, o qual se refere mais particularmente ao restrito limite do conglomerado habitacional.

Essa evolução abstrata de que estamos tratando não é apenas uma abstração metafísica, sem nenhuma ligação com a realidade. Ao contrário, ela encontra uma validade profundamente apegada no desenvolvimento concreto e real do modo de produção em geral e de qualquer formação econômica-social específica. Possui particular interesse em relação a muitas formações, nas quais processos que levaram séculos para serem gestados e desenvolvidos na história humana, tiveram nelas passagens abruptas e recentes, de uma etapa a outra, de acordo com os ditames do desenvolvimento desigual, característico do capitalismo, principalmente em sua fase monopolista.

Sobre os Estados Unidos, por exemplo, país novo que foi ocupado mais recentemente pela expansão capitalista, Oliveira afirma que:

"é inegável o grau de homogeneização propiciado pela concentração e centralização do capital, de forma a quase borrar por inteiro as diferenças entre os vários segmentos do território nacional norte-americano. É óbvio que essa exacerbação da homogeneização ocorreu no caso norte-americano precisamente por ser o país líder da economia capitalista mundial: a face interna do imperialismo é essa incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico..." (1978, 27).

Entretanto, é importante remarcar que essa tendência à homogeneização do espaço sócio-econômico se manifesta com ritmos e processos totalmente desiguais quando se passa de uma formação econômica a outra. Por isso, julgamos imprescindível verificar, de um lado, os principais aspectos espaciais dessa desigualdade do ritmo de desenvolvimento e, de outro lado, como se dá historicamente a evolução da oposição entre o urbano e o rural nas diferentes etapas do desenvolvimento.

Capítulo IV

**ETAPA MONOPOLISTA, MUNDIALIZAÇÃO
DO ESPAÇO TRANSNACIONAL E TENDÊNCIA
À SUPERAÇÃO DA OPOSIÇÃO ESPACIAL**

A passagem para a etapa monopolista do desenvolvimento capitalista tem grande importância e muitas consequências para o cenário espacial mundial. No que diz respeito à nossa problemática, no entanto, ocorrem mudanças principalmente no nível quantitativo, agudizando as contradições existentes no final do século XIX e início do século XX, mas não modificando significativamente a qualidade do fenômeno, nesse período. Ao lado da Inglaterra que já apresenta sinais de enfraquecimento, surgem novas potências capitalistas, jovens e fortes Alemanha, França, Japão e, um pouco mais tarde, Estados Unidos.

Esses espaços industrializados foram tomados pelo redemoinho da produção capitalista que, com as leis inexoráveis das oscilações econômicas, alternam períodos de expansão desmesurada de produção com períodos de estagnação e crise. Esse movimento faz acentuar palpavelmente o ritmo diferencial da concentração e centralização dos meios produtivos em unidades cada vez maiores, principalmente nos ramos monopolizados e mais dinâmicos da economia. Paralelamente, se produz uma imensa concentração de capital dinheiro, nos principais bancos, que acaba por se fundir com capitais industriais, formando o capital financeiro, que transforma os capitalistas individuais e dispersos em capitalistas coletivos gigantescos (Lenin, 1979, 601) que monopolizam os principais ramos da economia.

A partir de então, vai se acirrando a nível mundial uma grande disputa pelo controle dos mercados e das fontes de matéria prima. Além disso, cria-se nos grandes centros financeiros uma enorme massa de capitais que não encontra possibilidades de remuneração adequada aos seus interesses. Esse excedente de capital é assim lançado à procura de taxas de lucro mais elevadas nas regiões menos desenvolvidas. O conflito inter-imperialista leva os países centrais a completar entre eles a partilha territorial do mundo e a divisão do mercado interno e mundial, com evidentes consequências espaciais. Essa partilha, no entanto, é frequentemente colocada em questão como resultado da desigualdade do desenvolvimento do capital e das nações imperialistas, levando a conflitos tão poderosos que fizeram eclodir duas guerras mundiais na primeira metade de nosso século.

Nos espaços periféricos, se produz então uma aceleração do ritmo de desenvolvimento capitalista pelo afluxo importante de capitais originários dos centros industriais. Contando ainda com uma base capitalista e industrial frágil, esses aportes de capitais permitem um crescimento proporcionalmente acentuado dessas regiões mais atrasadas. No entanto, no período que vai até praticamente o fim da Segunda Guerra Mundial, exceção feita aos Estados Unidos e Japão que já pertenciam às nações do centro, o conjunto dos espaços periféricos não são envolvidos por nenhuma forma importante de desenvolvimento em profundidade. Os capitais são aplicados, em sua grande maioria, em atividades ligadas à circulação de mercadorias, e, em particular, em atividades voltadas para o mercado mundial. Esse fato vai gerar uma série de consequências espaciais como veremos a seguir, mas que não significam ainda um salto de qualidade significativo.

Foi notável, nesse período, a criação de uma importante infra-estrutura urbana, comercial e financeira e a revolução havida nos transportes e nas comunicações, principalmente na extensão da rede de caminhos de ferro, realizada em quase toda a periferia. Nos poucos casos onde o capital financeiro internacional se dirige para atividades produtivas, elas se resumem apenas às primeiras fases da transformação do produto, indispensáveis para tornar certas mercadorias, principalmente agrícolas, em condições de suportar as dificuldades do transporte longínquo.

Produz-se, assim, nos espaços periféricos um desenvolvimento quantitativamente importante, mas apenas em extensão, cujo maior efeito é uma extraordinária reprodu-

ção extensiva da mesma forma anterior de oposição entre o urbano e o rural: a periferia continua a ser espaço rural de produção primária, submetida ao ritmo das forças naturais, sendo que a produção industrial continua especialidade dos espaços urbanos metropolitanos. O desenvolvimento das cidades nos países menos avançados é ainda muito ligado à primeira forma da especialização espacial, onde a cidade é, para o mercado mundial, espaço apenas de circulação de mercadorias. Trata-se ainda, primordialmente, de circulação de mercadorias provenientes do espaço rural, com destino ao exterior. Esse fenômeno de relativa urbanização nada mais significa que uma extensão dos centros metropolitanos urbanizados nas cidades desses espaços rurais periféricos. Assim, podemos dizer que, nessa etapa, houve apenas uma acumulação de mudanças quantitativas, sem ainda ter havido mudanças qualitativas de significação em termos da oposição espacial.

A grande crise do capital monopolista que durou praticamente do início da Primeira Guerra Mundial até o fim da Segunda, agudizou todas as contradições desse modo de produção, de forma que a segunda metade de nosso século foi inaugurada por uma completa transformação na organização do espaço mundial.

O primeiro e mais importante salto nessa transformação é aquele que desloca o eixo da lógica espacial, em escala mundial, da antiga oposição entre espaço urbano e espaço rural para uma nova divisão do mundo, ainda mais antagônica, engendrada pelo movimento implacável de todas as contradições capitalistas, particularmente a contradição principal que opõe capital e trabalho. A partir desse momento, passa a existir em primeiro plano, no espaço mundial concreto, uma nova forma de manifestação da contradição principal acima apontada, que é dada pela oposição espacial dos dois grandes blocos: um capitalista, dominado pelas leis do capital; outro socialista, transitando para uma economia planificada. Essa concretização espacial da contradição principal do capitalismo se materializa nitidamente em fronteiras geopolíticas desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Efetivamente, esse aspecto teve mais importância do que em geral se lhe atribui, na transformação mundial e muito particularmente no que diz respeito à questão da transnacionalização e da mundialização do espaço econômico. A partir da oposição e competição entre os blocos abriu-se um processo muito interessante, em ambos os lados, de consolidação dos espaços conquistados, processo que vai permitir, finalmente, a quebra da rigidez multissecular da divisão espacial e internacional do trabalho que reservava às regiões periféricas um papel limitado enquanto espaço rural. A rápida modernização, industrialização e urbanização experimentadas por vários países, a partir desse momento, atestam a profundidade desse processo que abriu as portas a um dos períodos mais fecundos da humanidade, chamado por muitos economistas de os 25 gloriosos. Várias regiões foram beneficiadas: os hoje chamados tigres asiáticos, a América Latina, principalmente Brasil, México e Argentina, e, de uma maneira diversa, vários países da África que, nesse período, conquistaram a independência frente às antigas metrópoles. Ocorreu nesse processo uma generalização, parcial que seja, do espaço urbano, superpondo à antiga divisão internacional uma verdadeira transnacionalização do processo produtivo especificamente capitalista.

Em relação a essa questão, Geraldo Müller (1987, 37) afirma que

"O clima de continuação da guerra na paz entre duas potências mundiais não podia ser resolvido exclusivamente em termos de ocupação militar dos territórios (...) O que parece ter ocorrido foi um processo em que Estados Unidos e URSS empenharam-se em 'abrir' as economias nacionais, cada uma a seu modo, e fortalecê-las, do que resultou uma economia mundial aberta em blocos."

Encontramos ainda em Geraldo Muller (1987, 38-39) uma citação de Fred L. Block bastante sugestiva sobre esse aspecto da questão:

"A perspectiva tradicional da guerra fria tende a obscurecer o fato de que antes e depois da intensificação da guerra fria a luta em prevenir a emergência do capitalismo nacional na Europa Ocidental foi o elemento central na política externa dos Estados Unidos. Com efeito, os policy-

makers americanos estavam mais preocupados com o capitalismo nacional na Europa do que com a possibilidade de invasão por parte do Exército Vermelho ou o sucesso da revolução socialista. Por certo que a luta contra o capitalismo nacional e o conflito com o comunismo soviético estavam ligados.(...) Mas o ponto focal mantém-se, o de que é necessário situar a guerra fria no contexto do esforço norte-americano de criar um certo tipo de economia mundial aberta."

O que nos cabe acrescentar é que essa política foi estendida, mais tarde, muito além da Europa Ocidental, tendo em vista conter a expansão da luta tanto socialista quanto nacionalista, nos vários continentes.

Nesse processo fica ressaltado o papel decisivo da esfera da produção industrial que sofreu uma descentralização significativa, beneficiando o conjunto da economia periférica do mundo capitalista que evoluiu para além da simples esfera de circulação de mercadorias e de capital-dinheiro.

A "estratégia do desenvolvimento" foi o suporte ideológico desse processo logo que o espaço imperialista sofreu um encolhimento importante em consequência de inúmeros movimentos revolucionários eclodindo de todos os lados. Além do mais, mesmo nos países onde as aspirações nacionalistas e socialistas não estavam fortemente implantadas, os monopólios tinham que enfrentar-se a uma classe operária cada vez mais organizada e exigente.

Por outro lado, esses espaços periféricos encontravam dificuldades internas em romper as barreiras limitadas do desenvolvimento capitalista em extensão, baseado na mais valia absoluta. A considerável infra-estrutura existente para atender à circulação crescente de mercadorias e capitais em dinheiro, todavia, que vinha se estendendo horizontalmente há décadas, deram um certo dinamismo interno a esses espaços. A partir daí, lentamente, mas de forma continuada, um processo efetivo de industrialização e urbanização vai se produzindo na base do aprofundamento de relações especificamente capitalistas, processo que aumenta em velocidade nos momentos mais agudos da crise mundial.

Todavia, é somente na metade dos anos cinquenta ou início dos anos sessenta que se realiza uma maior conjunção dessa dinâmica interna com a mundial, abrindo um caminho efetivo de crescimento. Essa conjunção empurra muitos desses espaços periféricos para a dinâmica da produção especificamente capitalista, da urbanização rápida e do desenvolvimento em profundidade, num processo violento e contraditório, ao qual são envolvidos muitos dos países menos avançados que até então representavam simples espaços rurais no espaço econômico global. Para C.-A. Michalet (1976, 226),

"A deslocalização da produção operada pelas firmas multinacionais leva à constituição de um espaço homogêneo e estruturado."

Esse processo é, ao mesmo tempo, de autonomização e internalização dos principais mecanismos de uma economia agora adulta, com seus momentos de expansão e crise. De outro lado, é um processo de capitalismo tardio e abertura completa das portas ao grande capital transnacional, estando vencidas em todos os cantos as resistências nacionalistas.

É preciso considerar que esse processo de transnacionalização do espaço produtivo especificamente capitalista concerne apenas alguns dos principais ramos mais dinâmicos da economia mundial, implicando em um aprofundamento bastante significativo da desigualdade do desenvolvimento que é característica do capitalismo. É interessante notar que o eixo da desigualdade do desenvolvimento se desloca claramente do espaço inter-nações para um espaço inter-ramos, o que evidentemente supõe grandes mudanças sociais, econômicas e espaciais. Esse processo plana acima das fronteiras nacionais e acima da soberania política e econômica dos Estados, seja nos espaços industrializados, seja naqueles incorporados recentemente. No interior de cada formação, há uma riqueza de formas diferentes de convivência dos grandes capitais internacionais com capitais tradicionais, pequenos e médios, convivência regulada pelos Estados nacionais que cada

vez têm menos autonomia para estabelecer uma política própria, diante das imposições mundiais da acumulação monopolista.

Paralelamente à diminuição de amplitude da secular oposição entre o urbano e o rural, vai se realizando passo a passo a tendência à superação dessa oposição, através de uma urbanização do espaço global, decorrente da generalização de relações especificamente capitalistas, transformando, progressivamente, também nos países menos avançados, a agricultura num simples ramo da indústria e permitindo uma coexistência particular entre a produção de mais valia relativa e mais valia absoluta.

A tendência à homogeneização espacial avança paralelamente àquela da homogeneização das condições tecnológicas e materiais da produção, sob o domínio das transnacionais e dos grandes centros industriais, de forma que, mesmo planando acima das fronteiras nacionais, a transnacionalização do capital produtivo não destrói as ligações sólidas do grande capital com os centros hegemônicos. Ao lado dos mecanismos anteriores de transferência de sobretrabalho se agrega um novo fluxo líquido, muito importante, decorrente de superlucros obtidos pelo grande capital monopolista, a partir dos diferenciais vantajosos de custo da força de trabalho, existentes nessas regiões recentemente incorporadas.

A diminuição das diferenças espaciais e tecnológicas, ou seja a manifestação da tendência à homogeneização, é indissociável do aprofundamento da relações especificamente capitalistas e da agudização de todas as contradições do modo de produção capitalista. A diminuição de diferenciais espaciais e tecnológicos corresponde, portanto, um incremento importante da oposição entre as classes fundamentais da sociedade capitalista.

A partir dos anos oitenta, no entanto, vai haver uma grande transformação na economia mundial, afetando significativamente o processo de industrialização de quase todos os países em desenvolvimento. Os Estados Unidos, buscando retomar a hegemonia mundial que havia sido contestada nos anos setenta, passam a manipular fortemente as taxas de juros, elevando-as sobremaneira, de forma a recuperar a relação cambial do dólar comparativamente às outras moedas. Esse processo resulta num violento endividamento das regiões mais atrasadas e na desestruturação de suas economias. As políticas recessivas preconizadas pelos organismos internacionais, em nome do ajustamento externo dessas economias, levam vários países a perder o ritmo de crescimento e, em muitos casos, a entrar em franco processo de sucateamento de seus parques industriais. De receptores de capitais, durante décadas, tornam-se exportadores líquidos de riquezas, principalmente pela conjunção do mecanismo da dívida com o dos excedentes exportáveis. Esse período tem sido chamado por muitos economistas de 'década perdida', correspondendo a uma certa contra-tendência do processo que esteve em curso desde o fim da Segunda Guerra Mundial, contra-tendência que apareceu exatamente quando a competição entre os dois grandes blocos começou a arrefecer.

Antes de terminar essa parte, gostaríamos de fazer uma referência, ainda que passageira, a uma questão particular que, no fundo, representa uma das formas de síntese moderna do urbano e do rural: o processo de agro-industrialização. Não resta dúvida que a formação e desenvolvimento dos complexos agro-industriais, a partir, principalmente, dos anos cinquenta corresponde teórica e historicamente a tudo o que foi estudado anteriormente. Não é, e não poderia ser nosso objetivo, estudar agora esse processo complexo, o qual mereceria um novo trabalho. Queremos apenas, no entanto, chamar a atenção para o fato que a integração agro-industrial significa exatamente a síntese da agricultura e da indústria, significa a industrialização da agricultura e a sua absorção efetiva como mais um ramo da indústria, levando às últimas consequências a afirmação insistente de Marx sobre o assunto. Com a integração agro-industrial podemos visualizar efetivamente no espaço concreto a tendência à homogeneização de que tanto falamos.

Esse processo é tão forte e efetivo que ele tem estado acima das diferenças regionais e das particularidades de cada país, tendo se generalizado no mundo como um todo, num movimento efetivo de homogeneização, tanto dos espaços dos centros mais avançados como nos espaços periféricos, ainda resistentes às maiores transformações. É

um fato notável que mesmo no interior do conjunto de países que tiveram uma experiência de planificação central, funcionando com uma lógica distinta da capitalista, aí também o processo de integração agro-industrial, com os seus grandes combinados, representa a forma privilegiada de superação da oposição entre o urbano e o rural.

A agro-indústria representa, portanto, um locus especial, um posto de observação privilegiado, para o estudo e entendimento do desdobramento do espaço econômico e social das regiões periféricas. A integração agro-industrial é, em relação a escala secular de tempo com que vínhamos trabalhando, uma realidade bastante recente do desenvolvimento mundial, mas que encerra em si elementos importantes das alavancas do futuro das regiões periféricas. É na agro-indústria que se fundem a agricultura e a indústria, é nela que se concretiza a síntese da cidade e do campo, do moderno e do atrasado. Nela se manifestam todos os elementos que se encontram potencialmente em oposição: as forças produtivas sociais e as forças produtivas naturais, a ciência e a prática, o trabalho intelectual e o trabalho manual, a concentração espacial industrial e a dispersão espacial agrícola, além de outras que já falamos anteriormente. A forma de superação efetiva de cada uma dessas oposições será evidentemente distinta para cada realidade particular.

Nesse mesmo processo são colocadas ainda em relação direta a grande indústria e a pequena produção agrícola. No capitalismo, essa relação pode significar uma forma específica e original da subordinação indireta do trabalho ao capital. No socialismo, pode permitir realizar o elo de ligação entre a grande propriedade coletiva dos meios de produção industriais e as reminiscências da propriedade privada agrícola, tanto camponesa como cooperativa. Enfim, o processo de integração agro-industrial representa um passo importante na síntese da superação da oposição espacial entre o urbano e o rural, nos termos que estudamos até aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à oposição dialética do espaço econômico e social entre o espaço urbano e o espaço rural podemos dizer, num primeiro nível mais geral, que a leitura espacial, até certo ponto geográfica, de Marx, principalmente em *O Capital*, nos mostra o quanto esse aspecto da obra captou profundamente as contradições do modo de produção capitalista, colocando em relevo as leis gerais da acumulação e indicando aquelas facetas progressistas e grandiosas dessa forma de sociedade, ao mesmo tempo, em que esclarece seus limites e sua transitoriedade. Pudemos verificar, buscando entender as diversas etapas da mundialização do espaço que, nas últimas décadas, vivemos um momento particular de viragem, de transformação profunda, em que o ritmo das mudanças tornou-se extremamente rápido, em que a humanidade acelerou a história.

Como método, Marx parte de que o concreto é síntese de múltiplas determinações e unidade da diversidade. Nesse sentido, buscamos, até certo ponto, isolar essa dimensão espacial da realidade capitalista em geral, dimensão bastante presente nas suas análises, mas que não teve, da parte desse autor, infelizmente, um tratamento mais sistemático. Isolando-a, esperamos poder trazer à tona uma ferramenta capaz de captar uma das determinações de uma formação concreta.

Marx desapareceu há mais de um século, tendo tratado do modo de produção capitalista apenas no nível da livre concorrência que correspondia à realidade de sua época. No entanto, como pudemos perceber, a agudez dos elementos de sua análise foi capaz de nos permitir captar com bastante propriedade as transformações que, somente muito mais tarde vieram a acontecer no espaço econômico, em termos da oposição entre o urbano e o rural e de sua superação. A resolução dessa oposição significa, no fundo, a generalização de relações sociais específicas e o ingresso em uma fase mais avançada da humanidade.

Conhecendo os problemas sociais e o nível de agressão ambiental que o desenvolvimento capitalista tem determinado, somos obrigados a admitir que essa superação pode conter elementos muito fortes de uma superação negativa. Através da ecologia e da atual tomada de consciência da sociedade humana em relação aos problemas do meio

ambiente e do desenvolvimento, talvez o homem seja capaz de entender melhor seus limites e possibilidades. Se isso ocorrer, poderá realizar através dessa nova ciência aquilo que a ideologia tem sido incapaz de efetivar.

Falamos acima a respeito de nossa busca em evidenciar apenas a dimensão espacial, dentre muitas outras. Assim procedemos por acreditarmos que o aprofundamento desse aspecto, colocado ao lado de outros aspectos significativos já levantados por outros estudos da realidade concreta, pode ter uma capacidade poderosa de compreensão e interpretação da atualidade. Só assim faz sentido o esforço que despendemos neste trabalho.

Efetivamente, acreditamos que esses elementos de análise conjugados com outras determinações concretas, têm uma validade atual para a interpretação, em particular, da realidade brasileira, no seu processo de formação, estruturação e devir. Uma realidade nacional que, sem sombra de dúvidas, está fortemente submetida aos desígnios do espaço, tanto quantitativamente, pelo tamanho dos seus limites geográficos, quanto qualitativamente, pelas características de sua natureza imediata e pelo tipo de inserção que o país historicamente teve, e pode ter ainda, no espaço mundial.

A grandiosidade de sua natureza, permitiu ao nosso país, e até certo ponto permite ainda hoje, retirar de suas entranhas um volume extraordinariamente grande de riquezas, o que o coloca entre as nações mais importantes do mundo, tanto econômica quanto politicamente. Mas, em relação ao tema do presente trabalho, o que é a sua grandeza é, ao mesmo tempo, sua fragilidade. Marx havia advertido que "*A pátria do capital não é o clima tropical com sua vegetação exuberante, mas a zona temperada.*" E que "*Uma natureza excessivamente pródiga mantém o homem preso a ela como uma criança sustentada por andadeiras*" (O Capital, Livro I, p.589). Não se trata de nenhum determinismo geográfico, pois o próprio Marx sustentou inúmeras vezes que o homem está preso às forças da natureza apenas até ser capaz de desenvolver as forças produtivas sociais. No entanto, na formação de nosso país, somos obrigados a constatar que estivemos acomodados durante séculos no espaço mundial, enquanto espaço rural produtor apenas de produtos primários, produzidos sem nenhum desenvolvimento maior das forças produtivas, apenas incorporando novas terras e novos braços à produção, num típico processo de crescimento por extensão.

Foi somente há muito poucas décadas que começamos a quebrar essa forma de inserção no espaço mundial. Podemos datar dos anos cinquenta o momento em que efetivamente o país foi contagiado pelo desenvolvimento em profundidade, o momento em que foi lançado no redemoinho da produção especificamente capitalista, em que o elemento social da produção tem primazia sobre as condições naturais. Desde então, o Brasil urbanizou-se, industrializou-se e modernizou-se extraordinariamente. No entanto, à essa superação espacial correspondeu um aprofundamento excessivamente grande nos diferenciais sociais. Estamos outra vez diante do mesmo paradoxo: ao lado da maior grandeza está novamente a grande fragilidade.

Esperamos poder, em outras circunstâncias, aplicar esses conhecimentos aqui levantados à nossa realidade, buscando somar essa dimensão a outras existentes, as quais, somadas, certamente poderão enriquecer o conhecimento do concreto que, repetindo, é a síntese de múltiplas determinações.

Depois de tudo o que foi dito, esperamos que não paire dúvidas sobre nossa concepção quanto aos avanços e limites desse processo. Estamos conscientes de que corresponde à tendência de homogeneização do espaço e das relações de produção um aumento importante dos diferenciais de classe e da oposição entre elas.

BIBLIOGRAFIA

- Boccara, Paul. Introduction. In Karl Marx, *Le Capital*, Livre premier. Paris, Éditions Sociales, 1977
- Engels, F. L'Angleterre en 1845 et 1885. In Marx-Engels, *Sur le colonialisme*, Moscou, Editions du Progrès, 1977

- Engels, F. Le protectionisme et le libre-échange (maio-1888). In Marx-Engels, *Sur le colonialisme*, Moscou, Editions du Progrès, 1977
- Kay, Geoffrey. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977
- Lenin, Vladimir I. O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. In *Obras Escolhidas*. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1979
- Lenin, Vladimir I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982
- Luxemburg, Rosa. *A Acumulação de Capital. Estudo Sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970
- Marx, Karl. Article pour le New York Daily Tribune, de 8-8-1853. In Marx-Engels, *Sur le colonialisme*. Moscou, Editions du Progrès, 1977
- Marx, Karl. Pages Eparses. In *Un Chapitre Inédite du Capital*. Union Générales de Editions, Paris, 1971
- Marx, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977
- Marx, Karl. *O Capital. Livro I. Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978
- Marx, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo, DIFEL, 1984
- Marx-Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Global Editora, 1987
- Michalet, C-A. *Le capitalisme mondial*. Paris, PUF, 1976
- Müller, Geraldo. *Introdução à Economia Mundial Contemporânea*. São Paulo, Ática/Educ, 1987
- Oliveira, Francisco de. *Elegia Para Uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978